



A. N. 2023-06-30

Deliberado, por maioria, com
os votos favoráveis de 6 vereadores
do PS e de todos os Presidentes
de Junta de Freguesia e 8 abstenções
de Coligação "Voluntários
Acordados".



CÂMARA MUNICIPAL
VINHAIS

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS 2022

CÂMARA MUNICIPAL DE VINHAIS
CARNES DE VINHAIS EM SA
PRORURIS EM
RESÍDUOS DO NORDESTE EIM

A. 2023-06-16

Deliberado, por maioria e em minutos,
com 3 votos a favor e 2 abstenções dos
Srs. Vereadores de Coligação e foram os
documentos submetidos à Assembleia
Municipal.

Relatório de Gestão

Decorrente da obrigatoriedade estabelecida no Artigo 75.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, o Município de Vinhais apresenta as demonstrações financeiras consolidadas. O n.º 1 do Artigo 75.º preconiza que “sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”.

Com a consolidação de contas pretende-se dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo autárquico.

Uma vez que a informação de carácter contabilístico produzida individualmente por cada entidade é considerada suficiente para revelar a situação económica de cada uma, mas não permite traduzir, de uma forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira enquanto grupo.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro. Este novo referencial veio permitir uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas.

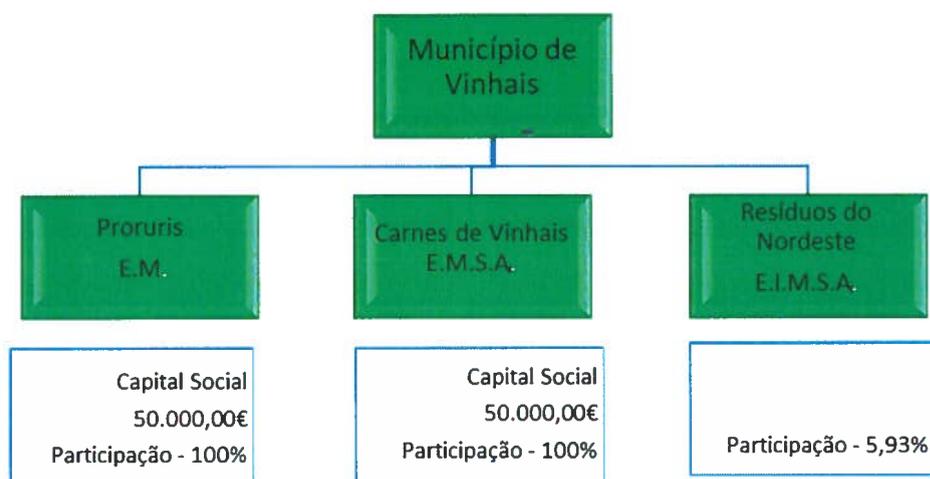
Entidades do grupo autárquico, perímetro de consolidação

Conforme definido no n.º 3 do artigo 75.º da lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na sua redacção actual, “o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indirecta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas actividades”.

O grupo público nos termos da NCP1 é definido como um grupo de entidades compreendendo a entidade que controla e uma ou mais entidades controladas.

O grupo autárquico é composto pelo Município de Vinhais, sendo este a entidade consolidante/entidade-mãe, pela empresa Municipal Proruris, E.M, como entidade controlada, pela empresa Carnes de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carnes E.M. SA. e pela empresa Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.

Organograma do Grupo Autárquico



Recursos Humanos

De forma a realizarem as suas atividades da forma mais eficiente possível, as empresas do grupo autárquico a 31 de dezembro de 2022 contam com um conjunto de trabalhadores, conforme pode ser visualizado na tabela abaixo mencionada:

Recursos Humanos

Entidade	N.º de Trabalhadores
Município de Vinhais	226
Proruris	26
Carnes de Vinhais	8
Resíduos do Nordeste	12

Atividades do conjunto em matérias que estão diretamente ligadas à atividade autárquica

- Proruris E.M.

Neste âmbito salienta-se que pese embora os objetivos principais da empresa municipal serem a oferta de serviços de consultadoria no domínio rural, criação de estruturas de apoio ao desenvolvimento rural, organização de cursos de formação profissional, promoção de eventos e apoio veterinário, destaca-se a gestão e operacionalização do Parque Biológico, pertença do Município de Vinhais, o qual lhe foi confiado exatamente para esse fim.

Resulta que da agregação das atividades municipais, não existe uma sobreposição de atividades individuais da mesma natureza, que estejam ligadas à atividade autárquica.

- **Carnes de Vinhais – E.M. S.A**

A empresa Carnes de Vinhais – E.M. S.A. tem como principal objetivo o abate e transformação de carnes, não existindo também neste caso qualquer sobreposição de atividades individuais da mesma natureza, que estejam ligadas à atividade autárquica

- **Resíduos do Nordeste, EIM, S.A**

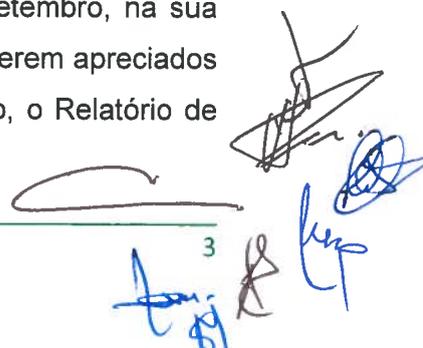
Quanto à Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., durante o ano de 2022, prosseguiu a consolidação do Sistema Intermunicipal de Gestão de Resíduos Urbanos do Nordeste Transmontano, nomeadamente através do tratamento e valorização dos resíduos provenientes dos municípios.

Factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício

Não ocorreram factos relevantes após o encerramento do exercício que distorçam a imagem verdadeira e apropriada que consta nas demonstrações financeiras.

Disposição Final

De acordo com o n.º 2 do artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua redacção atual, submete-se à aprovação da Câmara Municipal, para serem apreciados pelo Órgão Deliberativo durante a sessão ordinária do mês de junho, o Relatório de



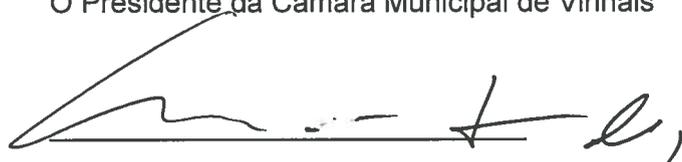
3

Gestão Consolidado referente ao ano de 2022, e as seguintes demonstrações financeiras previstas no número 7 do artigo 75º do mesmo diploma legal:

- Balanço Consolidado;
- Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza;
- Demonstração de resultados consolidada;
- Mapa dos fluxos de caixa consolidados;
- Demonstração das alterações no património líquido consolidada;
- Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

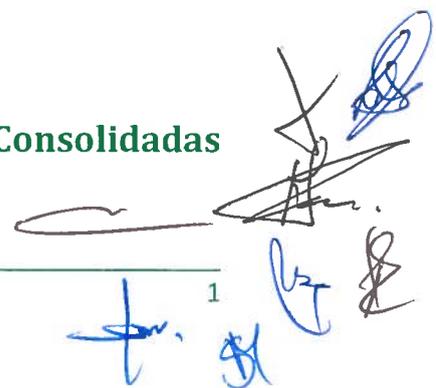
Vinhais, 15 de junho de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Vinhais



(Luís dos Santos Fernandes, Dr.)

1. Demonstrações Orçamentais Consolidadas



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.

1.1 Demonstração consolidada de Desempenho Orçamental

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Período		Data	Ano				
01-01-2022		09-06-2022	2022				
31-12-2022			Valores em €				
RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (A)					
		RP	RG	UE	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL
RA01	Saldo de gerência anterior	-848.454,48 €		2.966.498,69 €		587.558,18 €	2.705.602,39 €
RI01	Operações orçamentais [1]	-848.454,48 €		2.966.498,69 €			2.118.044,21 €
RI02	Devolução do saldo oper. orçamentais						0,00 €
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades						
RI03	Operações de tesouraria (A)					587.558,18 €	587.558,18 €
RA02	Receita corrente	12.271.567,99 €		-3.236,29 €			12.268.331,70 €
R1	Receita fiscal	683.496,52 €					683.496,52 €
R1.1	Impostos diretos	683.496,52 €					683.496,52 €
R1.2	Impostos indiretos						
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde						
R3	Taxas, multas e outras penalidades	89.511,08 €					89.511,08 €
R4	Rendimentos de propriedade	420.340,00 €					420.340,00 €
R5	Transferências e subsídios correntes	10.423.116,36 €		-3.236,29 €			10.419.880,07 €
R5.1	Transferências correntes	10.423.116,36 €		-3.236,29 €			10.419.880,07 €
R5.1.1	Administrações Públicas	10.423.116,36 €		-3.236,29 €			10.419.880,07 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	10.298.737,82 €					10.298.737,82 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	115.973,02 €					112.736,73 €
R5.1.1.3	Segurança Social	8.405,52 €					8.405,52 €
R5.1.1.4	Administração Regional						
R5.1.1.5	Administração Local						
R5.1.2	Exterior - UE						
R5.1.3	Outras						
R5.2	Subsídios correntes						
R6	Venda de bens e serviços	573.308,86 €					573.308,86 €
R7	Outras receitas correntes	81.795,17 €					81.795,17 €
RA03	Receita de capital	1.883.907,72 €		1.278.634,55 €			3.162.542,27 €
R8	Venda de bens de investimento	263.389,25 €					263.389,25 €
R9	Transferências e subsídios de capital	1.615.973,02 €		1.278.634,55 €			2.894.607,57 €
R9.1	Transferências de capital	1.615.973,02 €		1.278.634,55 €			2.894.607,57 €
R9.1.1	Administrações Públicas	1.615.973,02 €		1.278.634,55 €			2.894.607,57 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	1.615.973,02 €		1.278.634,55 €			2.894.607,57 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades						
R9.1.1.3	Segurança Social						
R9.1.1.4	Administração Regional						
R9.1.1.5	Administração Local						
R9.1.2	Exterior - UE						
R9.1.3	Outras						
R9.2	Subsídios de capital						
R10	Outras receitas de capital	4.545,45 €					4.545,45 €
RA04	Receita efetiva [2]	14.196.510,93 €		1.275.398,26 €			15.471.909,19 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	41.035,22 €					41.035,22 €
RA05	Receita não efetiva [3]						
R12	Receita com ativos financeiros						
R13	Receita com passivos financeiros						
RA06	Soma [4] = [1] + [2] + [3]	13.348.056,45 €		4.241.896,95 €			17.589.953,40 €
ROT1	Operações de tesouraria (B)					159.933,94 €	159.933,94 €
DA01	Despesa corrente	10.919.090,82 €					10.919.090,82 €
D1	Despesas com o pessoal	4.325.133,98 €					4.325.133,98 €
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	3.317.755,50 €					3.317.755,50 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	114.779,39 €					114.779,39 €
D1.3	Segurança social	892.599,09 €					892.599,09 €
D2	Aquisição de bens e serviços	3.539.258,15 €					3.539.258,15 €
D3	Juros e outros encargos	17.440,74 €					17.440,74 €
D4	Transferências e subsídios correntes	2.962.939,25 €					2.962.939,25 €
D4.1	Transferências correntes	2.564.089,93 €					2.564.089,93 €
D4.1.1	Administrações Públicas	1.222.773,57 €					1.222.773,57 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português						
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	92.847,46 €					92.847,46 €
D4.1.1.3	Segurança Social						
D4.1.1.4	Administração Regional						
D4.1.1.5	Administração Local	1.129.926,11 €					1.129.926,11 €
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	576.719,14 €					576.719,14 €
D4.1.3	Famílias	587.837,22 €					587.837,22 €
D4.1.4	Outras	176.760,00 €					176.760,00 €
D4.2	Subsídios Correntes	398.849,32 €					398.849,32 €
D5	Outras despesas correntes	74.318,70 €					74.318,70 €
DA02	Despesa de capital	2.521.258,43 €		1.457.618,18 €			3.978.876,61 €
D6	Aquisição de bens de capital	2.441.739,16 €		1.457.618,18 €			3.899.357,34 €
D7	Transferências e subsídios de capital	77.680,67 €					77.680,67 €
D7.1	Transferências de capital	77.680,67 €					77.680,67 €
D7.1.1	Administrações Públicas	31.930,67 €					31.930,67 €
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português						
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades						
D7.1.1.3	Segurança Social						
D7.1.1.4	Administração Regional						
D7.1.1.5	Administração Local	31.930,67 €					31.930,67 €
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	25.750,00 €					25.750,00 €
D7.1.3	Famílias						
D7.1.4	Outras	20.000,00 €					20.000,00 €
D7.2	Subsídios de capital						
D8	Outras despesas de capital	1.838,60 €					1.838,60 €
DA03	Despesa efetiva [5]	13.440.349,25 €		1.457.618,18 €			14.897.967,43 €
DA04	Despesa não efetiva [6]	405.394,30 €					405.394,30 €
D9	Despesa com ativos financeiros						
D10	Despesa com passivos financeiros	405.394,30 €					405.394,30 €
DA05	Soma [7] = [5] + [6]	13.845.743,55 €		1.457.618,18 €			15.303.361,73 €
DOT1	Operações de tesouraria (C)					66.648,50 €	66.648,50 €
DA06	Saldo para a gerência seguinte	-497.687,10 €		2.784.278,77 €		680.843,62 €	2.967.435,29 €
DA07	Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	-497.687,10 €		2.784.278,77 €			2.286.591,67 €
DA08	Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]					680.843,62 €	680.843,62 €
DA09	Saldo global [2] - [5]	756.161,68 €		-182.219,92 €			573.941,76 €
DA10	Despesa primária	13.422.908,51 €		1.457.618,18 €			14.880.526,69 €
DA11	Saldo corrente	1.352.477,17 €		-3.236,29 €			1.349.240,88 €
DA12	Saldo de capital	-637.350,71 €		-178.983,63 €			-816.334,34 €
DA13	Saldo primário	773.602,42 €		-182.219,92 €			591.382,50 €
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	13.348.056,45 €		4.241.896,95 €			17.589.953,40 €
DA15	Despesa total [5] + [6]	13.845.743,55 €		1.457.618,18 €			15.303.361,73 €

Handwritten signatures and initials, including a large signature and the number '3'.

1.2 Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza

		Demonstração consolidada de direitos e obrigações por naturezas				Valores em €	
		2022	2021	2022	2021	2022	2021
		RECEITAS		OBRIGAÇÕES			
R1	Receita corrente	147.545,65	128.864,94	Despesa corrente	486.153,32	144.019,04	
R1.1	Receita fiscal	-	-	Despesas como pessoal	46.296,43	47.533,12	
R1.2	Impostos, direitos	-	-	Remunerações Certas e Permanentes	45.755,86	46.381,77	
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	-	-	Abonos Variáveis ou Eventuais	451,64	1.151,35	
R3	Taxas, multas e outras penalidades	17.744,77	16.313,09	Segurança social	88,93	-	
R4	Rendimentos de propriedade	-	-	Aquisição de bens e serviços	289.741,08	96.479,92	
R5	Transferências e subsídios correntes	-	-	Juros e outros encargos	-	-	
R5.1	Transferências correntes	-	-	Transferências e subsídios correntes	130.035,47	-	
R5.1.1	Administrações Públicas	-	-	Transferências correntes	123.735,47	-	
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	-	Administrações Públicas	102.139,88	-	
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	-	Administração Central - Estado Português	6.192,30	-	
R5.1.1.3	Segurança Social	-	-	Administração Central - Outras entidades	-	-	
R5.1.1.4	Administração Regional	-	-	Segurança Social	-	-	
R5.1.1.5	Administração Local	-	-	Administração Regional	-	-	
R5.1.2	Exterior - UE	-	-	Administração Local	95.947,58	-	
R5.1.3	Outras	-	-	Entidades do setor não lucrativo	21.245,59	-	
R6	Subsídios correntes	-	-	Famílias	350,00	-	
R7	Venda de bens e serviços	129.800,88	112.511,85	Outras	-	-	
R8	Outras receitas correntes	-	40,00	Subsídios correntes	6.300,00	-	
R9	Receita de capital	-	-	Outras despesas correntes	20.080,34	-	
R9.1	Venda de bens de investimento	-	-	Despesa de capital	891.781,58	29.116,98	
R9.1.1	Transferências e subsídios de capital	-	-	Aquisição de bens de capital	887.931,58	29.116,98	
R9.1.1.1	Administrações Públicas	-	-	Transferências e subsídios de capital	3.850,00	-	
R9.1.1.2	Administração Central - Estado Português	-	-	Transferências de capital	3.850,00	-	
R9.1.1.3	Administração Central - Outras entidades	-	-	Administrações Públicas	-	-	
R9.1.1.4	Segurança Social	-	-	Administração Central - Estado Português	-	-	
R9.1.1.5	Administração Regional	-	-	Administração Central - Outras entidades	-	-	
R9.1.2	Exterior - UE	-	-	Segurança Social	-	-	
R9.1.3	Outras	-	-	Administração Regional	-	-	
R9.2	Subsídios de capital	-	-	Administração Local	-	-	
R10	Outras receitas de capital	-	-	Entidades do setor não lucrativo	-	-	
R11	Receitas não abatidas aos pagamentos	-	-	Famílias	-	-	
R11.1	Receitas efetivas [1]	147.545,65	128.864,94	Outras	3.850,00	-	
R11.2	Receitas não efetivas [2]	-	-	Subsídios de capital	-	-	
R12	Receita comativos financeiros	-	-	Outras despesas de capital	-	-	
R13	Receita com passivos financeiros	-	-	Despesas efetivas [4]	1.377.634,96	173.130,02	
	Receita total [3] - [1] + [2]	147.545,65	128.864,94	Despesas não efetivas [5]	-	-	
		-	-	Despesa comativos financeiros	-	-	
		-	-	Despesa com passivos financeiros	-	-	
		-	-	Despesa total [6] - [4] + [5]	1.377.634,96	173.130,02	

2. Demonstrações Financeiras Consolidadas

2.1 Balanço Consolidado



Handwritten signatures in black and blue ink, including a large signature and a smaller one below it.

Balço consolidado a 31/12/2022

Valores em €

Rubricas	Notas	2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente		41.098.590,38 €	39.833.785,58 €
Ativos fixos tangíveis	5	40.467.372,42 €	39.192.197,48 €
Ativos intangíveis	3	21.951,88 €	30.545,58 €
Participações financeiras		598.747,49 €	599.892,88 €
Outros ativos financeiros		9.193,43 €	11.149,64 €
Clientes, contribuintes e utentes		1.325,14 €	
Ativo corrente		4.622.106,21 €	3.910.542,42 €
Inventários	10	83.473,43 €	76.672,39 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		314.882,68 €	100.955,39 €
Clientes, contribuintes e utentes		335.461,68 €	298.203,92 €
Estado e outros entes públicos		104.086,41 €	63.970,10 €
Outras contas a receber		244.266,65 €	203.596,15 €
Diferimentos		54.280,89 €	44.281,10 €
Caixa e depósitos		3.485.654,47 €	3.122.863,37 €
Total Ativo		45.720.696,59 €	43.744.328,00 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		37.369.356,37 €	36.429.010,28 €
Património/Capital		23.661.492,86 €	23.661.492,86 €
Reservas		3.103.908,34 €	3.069.480,36 €
Resultados transitados		-8.332.323,07 €	-7.890.690,25 €
Outras variações no património líquido		19.266.333,88 €	18.026.881,68 €
Resultado líquido do período		-330.055,64 €	-438.154,37 €
Total Património Líquido		37.369.356,37 €	36.429.010,28 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		6.229.488,00 €	6.073.661,72 €
Provisões		105.141,02 €	105.141,02 €
Financiamentos obtidos	7	1.422.484,61 €	1.838.766,92 €
Diferimentos		3.892.200,86 €	3.427.606,99 €
Outras contas a pagar		809.661,52 €	702.146,80 €
Passivo corrente		2.121.852,21 €	1.241.655,99 €
Fornecedores		213.856,94 €	254.538,91 €
Estado e outros entes públicos		151.791,75 €	120.825,84 €
Financiamentos obtidos	7	727.740,51 €	11.261,50 €
Fornecedores de investimentos		250,00 €	29.116,98 €
Outras contas a pagar		809.519,51 €	762.885,00 €
Diferimentos		181.679,73 €	27.111,75 €
Outros passivos financeiros		37.013,78 €	35.916,02 €
Diferenças de consolidação (se positiva)			
Total Passivo		8.351.340,21 €	7.315.317,72 €
Total Património Líquido e Passivo		45.720.696,59 €	43.744.328,00 €

Balanço

O balanço consolidado representa a situação financeira do grupo municipal a data de encerramento do exercício no ano de 2022. O balanço é composto pelo ativo e pelo património líquido e passivo, que totalizaram 45.720.696,59€ como se pode verificar no quadro anterior.

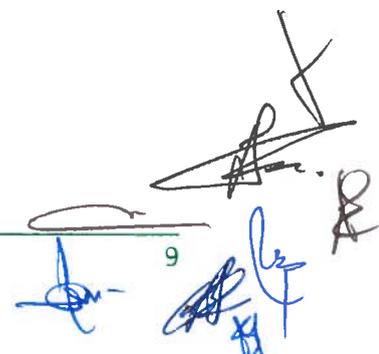
O ativo desdobra-se em ativo não corrente que representa 89,89% e em ativo corrente que representa 10,11%.

Em relação ao ativo corrente destaca-se a caixa e depósitos com um montante de 3.485.654,47 €.

Observa-se ainda que ativo não corrente destaca-se os ativos fixos tangíveis com um valor de 40.467.372,42 €,

Em relação ao passivo registou-se no final do ano de 2022 o valor de 8.351.340,21€, o qual resulta essencialmente de financiamentos obtidos e diferimentos do passivo não corrente.

O património líquido ascende a 37.369.356,37€.



2.2 Demonstração de resultados Consolidada

Demonstração de Resultados consolidada a 31/12/2022		Valores em €
Código das contas SNC-AP	Descrição	Município Vinhais Consolidado
70	Impostos, contribuições e taxas	779.507,24
71	Vendas	2.468,90
72	Prestações de serviços e concessões	2.556.949,24
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	11.198.279,85
68	Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e Variação nos inventários da produção	-40.000,00 -385,11
74	Trabalhos para a própria entidade	209.823,78
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-159.333,13
62	Fornecimentos e serviços externos	-4.664.781,74
63	Gastos com pessoal	-4.865.427,41
60(exceto 603)	Transferências e subsídios concedidos	-3.313.945,56
603	Prestações sociais	-9.726,44
651-7621	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) Aumentos/reduções de justo valor	-8.011,74 -523,64
78(exceto 782 e 785)	Outros rendimentos	1.047.089,29
68(exceto 682 e 685)+6591+6599-76291-76299	Outros gastos	-464.621,24
	Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	2.267.362,29
64-761	Gastos/reversões de depreciação e amortização	-2.562.515,97
	Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	-295.153,68
782+790+791+7922+793+799	Juros e rendimentos similares obtidos	11.950,48
682+6910+6911+6912+6913+6918+692+698	Juros e gastos similares suportados	-26.067,34
	Resultado antes de impostos	-309.270,54
	Imposto sobre o rendimento do período	-20.785,10
	Resultado líquido do exercício	-330.055,64

Demonstração de resultados

Avaliada a demonstração de resultados consolidada verifica-se que o grupo teve um resultado líquido negativo de 330.055,64€. O que significa que os proveitos e ganhos não foram suficientes para cobrir os custos e perdas do ano.

11

2.3 Fluxos de Caixa Consolidados

Fluxos de caixa consolidados a 31/12/2022

Valores em €

Rubricas	Notas	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes		1.359.895,01
Recebimentos de contribuintes		849.637,74
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		10.236.019,61
Recebimentos de utentes		87.113,80
Pagamentos a fornecedores		-3.601.400,13
Pagamentos ao pessoal		-4.433.857,37
Pagamentos de transferências e subsídios		-2.127.154,02
Pagamentos de prestações sociais		-9.256,40
Caixa gerada pelas operações		2.360.998,23
Outros recebimentos/pagamentos		737.795,70
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		3.098.793,93
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-3.958.448,24
Pagamentos - Ativos intangíveis		-3.390,35
Pagamentos - Investimentos financeiros		-1.155,44
Recebimentos provenientes de:		
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		0,00
Recebimentos - Propriedades de Investimento		332.637,18
Recebimentos - Subsídios ao investimento		36.539,15
Recebimentos - Transferências de capital		1.288.651,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-2.305.166,70
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Recebimentos - Financiamentos obtidos		0,00
Recebimentos - Outras operações de financiamento		55.483,86
Pagamentos respeitantes a:		
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-415.893,94
Pagamentos - Juros e gastos similares		-27.412,32
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-387.822,40
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		405.804,83
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		3.122.863,37
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		3.545.594,20
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA		
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		2.705.602,39
Saldo da gerência anterior (SGA)		2.705.602,39
SGA De execução orçamental		2.118.044,21
SGA De operações de tesouraria		587.558,18
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		2.967.435,29
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		2.967.435,29
SGS De execução orçamental		2.286.591,67
SGS De operações de tesouraria		680.843,62

2.4 Demonstrações das Alterações no Património Líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Período					Ano
01-01-2022					2022
31-12-2022	Visualizar Contas y Mov.	Sim	Acumulados	Sim	Valores em €

Designação	Notas	Património líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla										Total do património líquido		
		Capital / Património	Ações (quotas) / reservas	Outros recursos de capital	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos	Excedentes de revalorização	Outras var. do património	Resultado líquido do		TOTAL	Intensivos que não controlam
Posição no início do período		23.661.493,86 €				2.743.421,29 €	-7.907.360,08 €	0,00 €	0,00 €	17.504.683,49 €	-424.989,44 €	35.577.249,12 €		35.577.249,12 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						0,00 €	37.714,85 €	0,00 €	0,00 €	1.524.702,00 €	0,00 €	1.562.416,85 €	0,00 €	1.562.416,85 €
Primeira adoção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização e respetivas variações														
Transferências e subsídios de capital							76.838,29 €			1.524.702,00 €		1.601.540,29 €	0,00 €	1.601.540,29 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00 €				0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Correção de erros materiais							-39.123,44 €					39.123,44 €	0,00 €	39.123,44 €
Resultado Líquido do Período							0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-388.062,85 €	-388.062,85 €	0,00 €	-388.062,85 €
RESULTADO INTEGRAL											-388.062,85 €	1.174.354,00 €	0,00 €	1.174.354,00 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							-488.413,70 €	0,00 €	0,00 €	-248.050,46 €	424.989,44 €	-311.474,72 €	0,00 €	-311.474,72 €
Realizações de capital/património														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações							-488.413,70 €			-248.050,46 €	424.989,44 €	-311.474,72 €	0,00 €	-311.474,72 €
Subscrições de prémios de emissão														
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO		23.661.493,86 €				2.743.421,29 €	-8.338.288,93 €	0,00 €	0,00 €	18.761.335,93 €	-388.062,85 €	35.440.123,00 €	0,00 €	35.440.123,00 €



 15

3. Anexo às Demonstrações Financeiras

Nota 1 – Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

a) Relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação:

Denominação social, sede e nº de pessoas ao Serviço:

a.1) Entidade Consolidante

Designação da entidade: Município de Vinhais

NIF: 501156003

Sede: Rua das Freiras N.º 13 – 5320-335 Vinhais

Nº de Pessoas ao serviço em 31/12/2022: 226

REFERENCIAL CONTABILISTICO: SNC-AP

Distribuição dos trabalhadores por Carreiras/Categorias segundo a modalidade de vínculo e género e a 31/12/2022

Carreiras/Categorias	Modalidades de Vínculo Exercício Funções Públicas			
	CTFPTI		Comissão de Serviço	
	H	M	H	M
Dirigente Intermédio			4	3
Técnico Superior	13	19	2 b)	
Assistente Técnico	9	29		
Assistente Operacional	90	52		
Informática	2			
Outros	2 a)			1
Total	116	100	6	4
Total Geral			226	

a) Fiscais Municipais

b) Chefe de Equipa Multidisciplinar e Coordenador de Proteção Civil

a.2) Designação da entidade: PRORURIS Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais, E.M.

Sede: Rua Dr. Álvaro Leite – Vinhais

Nº de Pessoas ao serviço em 31/12/2022: 26

- Motivos da sua inclusão na consolidação com indicação, sendo caso disso, da detenção da totalidade do capital, de forma direta ou indireta;

Detenção por parte do Município de uma participação de 50.000,00 € no capital social da empresa municipal PRORURIS, EM, correspondente a 100% do seu capital social.

a.3) Designação da entidade: Carnes de Vinhais – Sociedade de Abate e transformação de carnes EM.SA.

Sede: Zona Industrial, Lote 18, 5320-338 – Vinhais

Nº de Pessoas ao serviço em 31/12/2022: 8

- Motivos da sua inclusão na consolidação com indicação, sendo caso disso, da detenção da totalidade do capital, de forma direta ou indireta;

Detenção por parte do Município de uma participação de 50.000,00 € no capital social da empresa municipal Carnes de Vinhais, E.M. S.A., correspondente a 100% do seu capital social.

a.4) Designação da entidade: Resíduos do Nordeste, EIM. S.A.

Sede: Rua Fundação Calouste Gulbenkian, 5370-340 Mirandela

Nº de Pessoas ao serviço em 31/12/2022: 12

- Motivos da sua inclusão na consolidação com indicação, sendo caso disso, da detenção da totalidade do capital, de forma direta ou indireta;

Os Resíduos do Nordeste, EIM. S.A., é uma empresa Intermunicipal, da qual o Município de Vinhais faz parte.

b) Relativamente às entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação:

- Denominação e sede:

- Motivos da sua exclusão do perímetro de consolidação com indicação da proporção do capital detido, direta ou indiretamente:

Entidade participada		Tipo de entidade	CAE	Motivo de exclusão do perímetro de consolidação
Denominação	N.I.P.C.			
Águas do Norte - Grupo de Águas de Portugal S.A.	505863901	SA	36001	Inexistência de controlo ou presunção de controlo, conforme previsto no n.º 4 e n.º 5 do artigo 75 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
Laboratório Regional de Trás-os-Montes	503271985	SQ	36001	Inexistência de controlo ou presunção de controlo, conforme previsto no n.º 4 e n.º 5 do artigo 75 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

Entidade participada		Tipo de entidade	CAE	Motivo de exclusão do perímetro de consolidação
Denominação	N.I.P.C.			
Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes	510957544	Comunidade Intermunicipal - Lei n.º 75/2013, de 7 de setembro	84130	Entidade mãe ou consolidantes – Nos termos do n.º 2 do artigo 75.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro é entidades consolidantes, pelo que não integra o perímetro de consolidação do Município
Associação de Municípios do Nordeste Transmontano	504004522	AMFE - Associação de Municípios de Fins	3600194995 (Ver.3)	Entidade mãe ou consolidantes – Nos termos do n.º 2 do artigo 75.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro é entidades consolidantes, pelo que não integra o perímetro de consolidação do Município
Turismo de Porto e Norte de Portugal E.R.	506477878	SQ	94995	Inexistência de controlo ou presunção de controlo, conforme previsto no n.º 4 e n.º 5 do artigo 75 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	AM	91333	Entidade mãe ou consolidantes – Nos termos do n.º 2 do artigo 75.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro é entidades consolidantes, pelo que não integra o perímetro de consolidação do Município

1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas do exercício foram preparadas, em conformidade com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, sendo aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP 1 e NCP 22).

e) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Em 31 de dezembro de 2022 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos do grupo consolidado apresentava a seguinte distribuição:

Desagregação de caixa e depósitos consolidado

Período	01-01-2022 a 31-12-2022		Valores em €
	Conta	2022	2021
	Caixa	2.022,00	4.442,64
	Depósitos à ordem	7.260.561,28	6.709.677,92
	Depósitos à ordem no Tesouro		
	Depósitos bancários à Ordem	7.260.561,28	6.709.677,92
	Depósitos a prazo	84.292,52	84.292,52
	Depósitos consignados		
	Depósitos de garantias e cauções	680.367,67	577.327,43
	Total de caixa e depósitos	8.027.243,47	7.291.447,99

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações Financeiras consolidadas do Município foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação, da informação comparativa e não apresentam revogações às disposições do SNC-AP.

2.1 - Base de Mensuração:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos do Município, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro e, de um modo geral, utilizando o custo histórico como base de mensuração. As demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira. O desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Município representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

Ativos fixos tangíveis e intangíveis

Os bens do ativo fixo tangível e intangível encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

Depreciações e amortizações:

As depreciações são calculadas a partir do momento em que os bens se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, numa base de duodécimos, de acordo com as respetivas estimativas de vida útil.

Inventários:

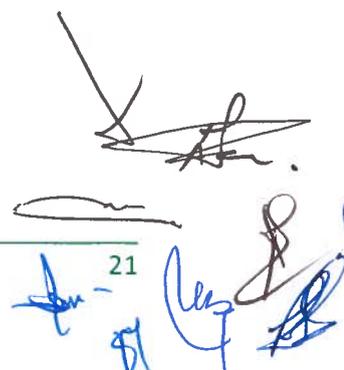
As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo, são mensuradas ao custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Regime do acréscimo:

Os gastos e os rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar” ou “Diferimentos”

Cientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade. A imparidade é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais de contas a receber.



21

Financiamentos obtidos

O reconhecimento do passivo do capital em dívida dos empréstimos é registado de acordo com o nível de maturidade da mesma, sendo considerado passivo de médio e longo prazo quando a exigibilidade é superior a um ano e de curto prazo para valores exigíveis até um ano.

2.7 - Alteração das estimativas contabilísticas com efeito no período corrente:

De acordo com a NCP2 os efeitos das alterações em estimativas são reconhecidos, conforme as circunstâncias no período corrente e nos períodos futuros afetados por tais alterações.

Nota 3. Ativos intangíveis:

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente programas de computador e sistemas de informação, projectos de desenvolvimento, propriedade industrial e intelectual.

São inicialmente reconhecidos ao custo, o qual, no caso de aquisições separadas, compreende o preço de compra adicionado de quaisquer custos atribuíveis à preparação do ativo para o uso pretendido. Após o reconhecimento inicial, são mensurados com base no modelo de custo, o qual corresponde ao custo inicial deduzido de depreciações (no caso de ativos intangíveis com vida útil finita) e perdas de imparidade acumuladas.

Nota 4. Acordos de concessão de Serviços: Concedente

Os contratos de concessão que o grupo consolidado tinha a 31 de dezembro de 2022, enquanto concedente, encontram-se registados no quadro seguinte:

Acordos de concessão de serviços				
Concessionário	Obj. da Concessão	Data celebração do contrato	Período	Naturza
EDP	Distribuição de energia elétrica de baixa tensão	25 de junho de 2001	20 anos - renovável por igual período	D.L. n.º 344-B/82, de setembro

Nota 5. Ativos fixos tangíveis:

Os ativos fixos tangíveis do grupo incluem edifícios, equipamento básico, administrativo e de transporte e bens de domínio público a destacar os arruamentos, rede viária e parques.

Os bens do ativo fixo tangível encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

Nota 6. Locações:

A locação é um acordo pelo qual o locador transfere para o locatário o direito de uso de um ativo durante um período de tempo acordado, em troca de um pagamento ou séries de pagamentos. No quadro seguinte expõe-se a locação financeira da Empresa Municipal Proruris.

Locação Financeira

N.º contrato	Bem locado	Locadora	Data início	Data fim	Valor contrato	Rendas pagas	Valor em Dívida
LSG20684920001	Viatura AE61FL	RCI Bank	12-12-2020	14-12-2025	24.900,00 €	12.962,73 €	11.937,27 €

No ano de 2022 o município não teve locações financeiras ou operacionais.

Nota 7. Custos de empréstimos obtidos:

Apresenta-se de seguida o movimento ocorrido a 31 de dezembro de 2022, consolidado, nos rúbrica financiamentos obtidos decomposto em corrente e não corrente:

Financiamentos Obtidos Consolidados

Conta	2022	2021
Financiamento bancários		
Passivo corrente	727.740,51	11.261,50
Passivo não corrente	1.422.484,61	1.838.766,92
Total de financiamentos bancários	2.150.225,12	1.850.028,42

Nota 13. Rendimento de transacções com contraprestação

O objectivo desta norma é prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transacções e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando principalmente a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económico futuros ou potencial de serviço e estes possam ser mensurados com fiabilidade.

Uma transacção com contraprestação é aquela em que a entidade recebe ativos ou serviços, ou extingue passivos e dá em troca à outra parte um valor aproximadamente igual. São exemplo a compra ou venda de bens e serviços.

Nota 14. Rendimento de transacções sem contraprestação

Nas transacções sem contraprestação, uma entidade ou recebe o valor de uma outra entidade sem dar directamente em troca valor aproximadamente igual, ou dá valor a uma outra entidade sem receber directamente em troca valor aproximadamente igual. As transacções subdividem-se em impostos e transferências que incluem as transferências e os subsídios correntes ou de capital.

Nota final:

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis a esta prestação de contas consolidada ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.



CÂMARA MUNICIPAL DE VINHAIS

Telefone 273 770 300 • Fax 273 771 108
E-mail: c.m.vinhais@mail.telepac.pt

CONTRIBUINTE N.º 501 156 003

ANEXO

Declaração de Responsabilidade

No âmbito do processo de prestação de contas da gerência de 01 de Janeiro a 31 Dezembro do ano 2022 do Município de Vinhais declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas consolidadas ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos responsabilidade de que as mesmas, designadamente:

- a) Não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;
- b) Identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;
- c) Não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;
- d) Evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;
- e) Incluem os saldos de todas as contas bancárias nas instituições financeiras;
- f) Foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

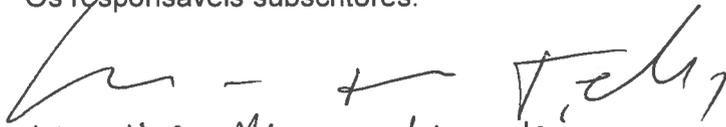
Assumimos ainda a responsabilidade de que, por aplicação dos princípios, normas e procedimentos acima referidos e segundo o nosso conhecimento, as transações subjacentes;

g) Respeitaram as normas da contratação pública aplicáveis;

h) Asseguraram o cumprimento pontual e tempestivo de todos os acordos e contratos com terceiros;

i) Respeitaram as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho e observaram as incompatibilidades e limitações previstas nesses diplomas, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais.

Os responsáveis subscritores:


Maria Regina Martins


Artur Jorge Pereira dos Santos Jaqueiro

Os responsáveis que condicionaram a subscrição, total ou parcialmente, nos termos e pelas razões constantes das declarações juntas:

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Ex.^{mos} Membros da Assembleia Municipal do Município de Vinhais

Ex.^{mo} Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vinhais

Ex.^{mos} Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Vinhais

Ex.^{mos} Senhores,

INTRODUÇÃO

1. De acordo com o preceituado na alínea e) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, cumpre-nos submeter à apreciação de V. Exas o Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas, relativo ao exercício findo em **31 de dezembro de 2022**.

ÂMBITO

2. No âmbito das atribuições estipuladas no referido preceito, relativas aos documentos de prestação de contas consolidadas do exercício:
 - 2.1. Acompanhámos a atividade do Município, tendo recebido do Órgão Executivo e dos responsáveis pela gestão e controlo financeiro da atividade municipal as informações e esclarecimentos solicitados;
 - 2.2. Verificámos a regularidade dos livros e registos contabilísticos neles constantes e a adequabilidade e conformidade dos documentos que lhes serviram de suporte;
 - 2.3. Verificámos o cumprimento das disposições legais aplicáveis à atividade do Município, com especial destaque para a Lei n.º 8/2012 e a Lei n.º 73/2013;
 - 2.4. Efetuámos os procedimentos conducentes à obtenção da prova sobre a titularidade dos bens e valores do Município, assim como dos valores sob a sua custódia;
 - 2.5. Verificámos a conformidade dos critérios valorimétricos que serviram de base à mensuração dos diferentes elementos do ativo, passivo, gastos e rendimentos com as divulgações feitas no anexo às demonstrações financeiras consolidadas;
 - 2.6. Confirmámos que o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas foram preparados de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites, constantes do SNC-AP (Sistema de



Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), à exceção das anotações constantes da certificação legal das contas consolidadas;

2.7. É nossa convicção que os documentos que integram a prestação de contas consolidadas traduzem, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, à data do encerramento das contas consolidadas, sob a condição das limitações e ou desacordos expressos na certificação legal das contas consolidadas;

2.8. É nossa opinião que o relatório de gestão consolidado está em conformidade com as demonstrações financeiras consolidadas e demonstrações orçamentais consolidadas.

PARECER

3. Face ao anteriormente exposto somos de parecer que a Assembleia Municipal, enquanto Órgão Deliberativo, proceda à apreciação do relatório de gestão consolidado e demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício de 2022, e ainda das demonstrações orçamentais consolidadas, com as ênfases constantes da certificação legal das contas consolidadas.

Bragança, 14 de junho de 2023

Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (ROC n.º 1047)
em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 17.552.843,85 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 15.130.231,71 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Bragança, 14 de junho de 2023



Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (ROC n.º 1047)
em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho & José Lima, Lda

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS/RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Vinhais**, que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 45.720.697 euros e um total de fundos próprio de 37.369.356 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 330.056 euros), a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para opinião com reservas” as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município de Vinhais em 31 de dezembro de 2022**, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

Conforme temos vindo a referir o Município ainda não ter procedido à inventariação e valorização dos bens do domínio público, edificados anteriormente a 2003, não é possível estimar o seu valor o que se repercute numa subvalorização do património (ativo) e dos fundos próprios.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

1



Ênfases

A guerra entre a Rússia e Ucrânia mantém-se e tem-se traduzido na escassez de alguns bens essenciais e no aumento da inflação e das taxas de juro. Tal circunstância está a ter um impacto negativo na estrutura económico-financeira dos países, das famílias e das empresas, não sendo, no entanto, possível prever o impacto nas demonstrações financeiras do Município para o ano em curso.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.